

JUVENTUDE E TRABALHO: O sentido do trabalho para o jovem aprendiz

Leila Silva de Moura

Membra do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NEST)

Universidade Federal de Goiás

Mestre em Sociologia

ls_moura@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta as percepções de jovens aprendizes sobre a relação entre suas vidas e o trabalho, e constata uma relação cotidiana que constitui o trabalho como fenômeno valorativo de outros fenômenos sociais. Os jovens aprendizes percebem como positivas as transformações que o trabalho pode proporcionar nas relações familiares, como gerando mais solidariedade e união familiar, ao mesmo tempo em que tornam os jovens mais autoconfiantes, autônomos e independentes. No entanto, essa melhora na convivência com a família não supera problemas que o trabalho impõe na vida desses jovens, como falta de tempo para escola, descanso e lazer, e o assédio sexual no ambiente de trabalho. Os métodos empregados nesta pesquisa têm base em depoimentos obtidos por meio de entrevistas e de questionários com 144 jovens aprendizes e egressos do Programa Jovem Cidadão, um programa profissionalizante da Fundação Pró-Cerrado em parceria com o Governo do Estado de Goiás, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Jovem aprendiz. Trabalho. Família.

ABSTRACT

This article presents the perceptions of young-apprentices about the relation between their lives and their work, highlighting an everyday relation that consists of work as an evaluative aspect of other social aspects. Young-apprentices consider as positive the changings that work may cause in familiar relationships, as creating more solidarity and union, at the same time that make youngsters more self-confident, autonomous and independent. However, this improvement in family relationships does not surpass the problems that work imposes to their lives, such as the lack of time for school, rest and recreation, as also sexual harassment in workplace. The methods used in this research are based on statements gathered through interviews and quizzes conducted with 144 young-apprentices and ex-participants of the social program *Jovem Cidadão*, a professionalization program of *Fundação Pró-Cerrado* in cooperation if the Goiás State Government, in Brazil.

KEYWORDS: Young apprentice. Work. Family.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o sentido do trabalho para os jovens aprendizes, sentido alcançado por meio de suas percepções sobre as próprias vidas e o mundo do trabalho. O contexto dessa pesquisa é um cenário de trabalho precoce, assédio sexual, consumo, envolvimento familiar e tempo escasso para descanso e lazer.

Os dados aqui apresentados foram produzidos em pesquisas que desenvolvi no Mestrado (2009) e no Doutorado (em curso) em Sociologia, pela Universidade Federal de Goiás. Ao todo, participaram da pesquisa 144 jovens (de sexo feminino e masculino) aprendizes e egressos de um programa profissionalizante da Fundação Pró-Cerrado em parceria com o Estado de Goiás, o Programa Jovem Cidadão. Por meio deste, jovens com idade entre 14 e 18 anos participam de atividades teóricas e práticas voltadas ao mercado de trabalho. Durante as atividades teóricas, aprendem sobre rotinas administrativas, comportamento em ambiente de trabalho, produção de currículo, informática, meio ambiente e sociedade. Nas atividades práticas, exercem atividades remuneradas em instituições públicas ou privadas, atividades que representam sua inserção no ambiente de trabalho, em que os jovens exercem funções variadas, como: atendente, telefonista, estoquista, auxiliar administrativo, entre outras. As atividades teóricas e práticas compõem um regime de 30 horas semanais, o que corresponde a 6 horas de atividades diárias, nos 5 dias úteis da semana. Um requisito do Programa Jovem Cidadão é que, durante sua permanência no curso de qualificação profissional, estes jovens têm a obrigação de se manter matriculados na escola.

Esse tipo de qualificação profissional para jovens adolescentes teve início em 2001, com a promulgação da Lei 10.097 de dezembro de 2000, conhecida como Lei do Menor-Aprendiz. A mesma determina que empresas de médio e grande porte destinem uma porcentagem de vagas para jovens aprendizes, constituindo uma política pública para o fomento do Primeiro Emprego. No Brasil, inúmeras fundações de caráter filantrópico ou educativo oferecem treinamento para jovens aprendizes e os encaminham para as empresas, que destinam as vagas para o trabalho na prática. Cada jovem tem sua carteira de trabalho assinada e recebe a quantia de meio salário mínimo, mensalmente. No caso da Fundação Pró-Cerrado, em Goiânia, as vagas são destinadas somente a jovens pertencentes às classes socioeconômicas C, D e E. A prioridade são os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, geralmente, encaminhados ao Programa Jovem Cidadão por meio dos Conselhos Tutelares.

Para esses jovens, a inserção no mundo do trabalho se compara a uma realização pessoal. Na medida em que a família e a sociedade passam a respeitá-los pela condição de trabalhadores, eles passam a se enxergar de outra forma, sua autoestima se eleva e se sentem independentes, responsáveis e satisfeitos. O consumo também explica parcialmente o sentimento de satisfação, pois, segundo esses jovens, é importante poder comprar o que necessitam e o que desejam com dinheiro do seu próprio trabalho.

1 DESENVOLVIMENTO

Na sociedade brasileira, “o trabalho se afirma como um valor cultural e simbólico” (MARTINS, 1997, p. 98), um valor moral: de caracterização da honestidade e bom caráter. Essa forma da representação social do trabalho pode ser um dos fatores que explicam a crescente do número de adolescentes e de crianças no mundo do trabalho. Apesar das importantes iniciativas e políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil e para a valorização da escola, ainda é significativo o número de crianças e de jovens adolescentes que trabalham irregularmente no Brasil, sacrificando o tempo dos estudos, do lazer e do descanso.

De forma ilegal, inúmeras crianças são utilizadas como mão de obra, de toda a espécie. Podemos constatar essa realidade nas estatísticas. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) referentes ao ano de 2014, o índice de crianças e adolescentes trabalhando aumentou consideravelmente em relação ao ano anterior: 4,5%, o que equivale a cerca de 143,5 mil jovens a mais nesta condição. Em 2014, havia 3,3 milhões de pessoas na faixa etária entre 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil. Encontravam-se na situação de trabalho infantil (ou seja, pessoas com idade entre 5 e 13 anos) 554 mil crianças. Destas, 70 mil estavam no grupo etário de 5 a 9 anos de idade, e 484 mil no grupo de 10 a 13 anos de idade. Entre os adolescentes brasileiros de 14 a 17 anos de idade, 2,8 milhões estavam trabalhando em 2014. Se esses dados são alarmantes, existe uma realidade ainda mais crítica, visto que tais números não contemplam famílias em situação de rua e nem aquelas famílias que por ventura se omitiram em relação às atividades laborais de suas crianças.

De acordo com os dados da PNAD de 2014, a porcentagem de jovens com idades entre 15 a 17 anos que trabalhavam naquele ano representava 2,5% da população ocupada, ou seja, que trabalha, no entanto, não fica se distingue se estes jovens trabalhavam como aprendizes ou não. Em relação ao trabalho infantil de crianças com idades entre 5 a 9 anos, em 2014, o número aumentou consideravelmente em relação ao ano de 2013, de 61.000 para 70.000 crianças.

Leila Silva de Moura

Nas entrevistas que realizei com os jovens aprendizes, alguns descreveram a realidade da inserção laboral precoce e perigosa que caracteriza o Brasil dos jovens economicamente não favorecidos, como no seguinte caso:

Com minha entrada no Pró-Cerrado, minha vida não era ruim, mas mudou muito. Eu trabalhava em obras fazendo serviço pesado com serra elétrica e cimento. Agora, eu não faço serviço pesado e estou aprendendo bastante. Mudei muito. Não tenho trabalho pesado e não tem riscos de acidente como havia antes. (Masculino, 17 anos)

No Brasil, a desigualdade social cria uma classe trabalhadora que sofre e não conhece outra forma de vida: sem exploração, sem humilhação, sem medo e sem assédios. E o futuro de seus filhos aponta, geralmente, para o mesmo destino.

Nesse contexto, a sociedade brasileira tem reforçado o discurso que relaciona jovens ao mundo da criminalidade. Essa é uma das principais razões para que as famílias de assalariados¹ incentivem o ingresso de seus jovens no mundo do trabalho, de modo que a maioria dos jovens brasileiros de baixa renda exerce alguma atividade remunerada para contribuir com a renda familiar e cobrir gastos pessoais impossíveis de serem arcados pela família.

Nesse sentido, é possível apontar dois fatores que levam, cada vez mais precocemente, ao ingresso dos jovens no mundo do trabalho: (1) a complementação da renda familiar e (2) a representação social que define o trabalho como sendo o melhor caminho para esses jovens, os filhos de assalariados, como uma forma de evitar que ingressem na criminalidade. Esse medo ronda as famílias, que, muitas vezes, vislumbram o trabalho como sua única saída. Os jovens (principalmente os do sexo masculino) são pressionados pela família e pela sociedade em geral para ocuparem seu tempo livre com o trabalho. Inclusive grande parte dos jovens aprendizes já trabalhava antes do ingresso no programa de aprendizagem profissional, ressaltando também a questão de diferença de remuneração, que apenas a metade de um salário mínimo para o jovem aprendiz: “Trabalhava ilegalmente, mas recebia um salário melhor”. (Masculino, 16 anos)

A sociedade brasileira é permeada por valores morais tradicionais sobre o trabalho, de modo a reproduzir socialmente os mecanismos que legitimam o trabalho precoce como forma de educação que desenvolve a responsabilidade nos indivíduos. No entanto, não somente devido às motivações morais, mas, principalmente, às necessidades econômicas dos desfavorecidos na

¹ Referência àqueles trabalhadores que recebem salário mínimo; hoje de 937 reais.

desigual sociedade de nosso país, é que os jovens se sentem levados a trabalhar. E, para Viana (2015), com a desigualdade, os desafios no mundo do trabalho se tornam ainda mais agressivos para os jovens pertencentes à classe dos trabalhadores assalariados. Segundo o autor:

Os jovens oriundos das classes exploradas encontram-se numa situação ainda mais grave se relacionarmos os problemas dos trabalhadores (...) um processo de superexploração e precarização da força de trabalho e, ao lado disso, crescimento do desemprego. (VIANA, 2015, p. 70)

A construção de um conceito de juventude que independe das relações sociais, históricas e culturais impossibilita o desenvolvimento de um retrato próximo da realidade da juventude brasileira. No entanto, é possível compreender e desenvolver esse conceito por meio do estudo das juventudes, ampliando as possibilidades de se conhecer o jovem na sua diversidade, ou seja, em meio a sua condição econômica, social e cultural, de acordo com sua região, escolaridade, renda familiar, trabalho, necessidades, dentre outros fatores. Assim é importante ter bem claro qual juventude se está aqui abordando.

A categoria juventude determinada por faixa etária é, sem dúvida, uma importante definição social. Assim como os demais grupos de idade, a faixa etária juvenil é uma criação sociocultural que representa as transformações ocorridas nas relações sociais com os processos de modernização e as novas configurações das sociedades contemporâneas. A juventude surge como uma dessas novas configurações para a análise sociológica, assim como as relações de gênero e étnico-raciais. Porém, a juventude pensada exclusivamente como uma faixa etária não compreende as inúmeras características, formatos e comportamentos que traduzem a juventude na realidade. Como afirma Groppo (2010, p. 20), “as faixas etárias e as categorias sociais delas oriundas são criações sócio culturais”.

O tempo para descanso, lazer e estudos se torna escasso para esses/as adolescentes, mas é a independência e relação familiar que mais os preocupam. Os/as jovens aprendizes em suas falas dão prioridade à qualidade da relação familiar. Geralmente, contemplam o trabalho como um dos principais elos que facilitam a solidariedade, a afetividade e a compreensão no ambiente familiar. Nesse sentido, quando ingressa no mundo do trabalho, o jovem se sente mais integrado à família, que passa a respeitá-lo, passa a proporcionar maior liberdade e autonomia frente a sua própria vida e rotina social.

Leila Silva de Moura

A família, a escolarização, o consumo, o lazer e o futuro fazem parte das preocupações dos jovens entrevistados. E eles relacionam esses elementos com o mundo do trabalho, o qual representa um elo importante entre os variados elementos que formam seu cotidiano. Assim, o trabalho está também diretamente relacionado com os sonhos e objetivos de vida. Trechos dos depoimentos e entrevistas desses jovens aprendizes confirmam essa realidade:

Antes eu era dependente totalmente dos meus pais, não tinha toda liberdade, porém tinha mais tempo livre e minha vida não era tão corrida. Hoje, eu tenho pouco tempo para sair e me divertir, pois tenho que conciliar o trabalho e a escola. Mas, tenho minha independência financeira e sou mais respeitada em casa, por ter mais experiência. (Feminino, 17 anos)

Eu chegava da escola e dormia, achava isso ruim, mas, agora sinto falta. Mas, tenho que pensar que muitos queriam ter a oportunidade que eu tive e depois desse posso comprar as minhas coisas. Tornei-me mais independente, responsável, mais paciente. Sou muito mais responsável. Aprendi que a vida não é fácil e agora sei o que meus pais gastavam comigo. Hoje, graças à Fundação posso cobrir meus gastos. (Feminino, 16 anos)

Era muito ruim, pois, a minha mãe vivia falando para eu trabalhar. Agora está muito melhor. Antes qualquer coisa que eu queria eu tinha que pedir para minha mãe. Agora eu vou lá e compro as coisas no meu nome: só falo para minha mãe e ela concorda porque, agora, estou trabalhando. É muito gostoso sentir a liberdade de pegar o dinheiro que eu ralei duro para conseguir. Agora estou mais próxima da minha mãe também. (Masculino, 16 anos)

Não tinha noção de como era uma rotina profissional em uma empresa e nem sabia em que iria me formar. Hoje, minha vida é focar objetivos e estudar para que no futuro eu tenha uma vida financeira mais estabilizada. (Masculino, 17 anos)

Era muito ruim antes. Eu não fazia nada, ficava a tarde inteira na rua e dava-me vontade de comprar roupas e não tinha dinheiro para passear e eu não podia ajudar minha família, pois minha mãe estava desempregada. A situação estava feia. Minha vida agora é outra. Tenho um serviço e uma vida maravilhosa, pois ajudo a minha mãe e ainda dá para comprar algumas coisas, mesmo sendo pouco: mas, dá para sobreviver e suprir algumas necessidades que tenho. A melhor coisa que poderia ter me acontecido é esse serviço, pois adoro trabalhar nele. (Feminino, 17 anos)

Como aprendiz, trabalhei na área jurídica e, depois, me tornei advogado. Ser aprendiz me inseriu em um ambiente social livre de más influências, com o aprendizado de uma profissão que mudou minha vida para melhor. Nasci e fui criado na periferia: um ambiente onde a violência predomina, com isso teria uma chance muito grande de me envolver na criminalidade, não teria aprendido uma profissão e formado minha personalidade positiva e proativa. (Egresso, 29 anos)

A iniciativa de inserir jovens no mercado de trabalho (respeitando o tempo de estudo e o seu desenvolvimento físico, psicológico, mental e social) é importante em um país no qual milhares de crianças e jovens ainda são desrespeitados no direito de estudar e são exploradas no mundo do trabalho. Segundo Marin (2006), o direito de estudar da criança e do adolescente é desrespeitado em prol do trabalho, tanto na cidade, como na área rural. “Dessa forma, o poder econômico

impede o exercício dos direitos, como critérios normatizadores das relações sociais, necessários à garantia de padrões mínimos de civilidade”. (MARIN, 2006, p. 117)

Ao mesmo tempo, por pertencerem às famílias de assalariados, os jovens de baixa renda sentem a necessidade de ingressarem no mercado de trabalho o mais cedo possível. Com isso, geralmente, eles buscam uma ocupação diferente da qualificação profissional, que costuma ser cara, de longa duração e, em alguns casos, não é suficiente para enfrentar um mercado sempre em transformação. E o preparo para alcançar uma ocupação pode ser para muitos o meio mais provável, mais barato e mais rápido para conquistar um espaço no mercado de trabalho, o que gera um impasse na vida desses jovens.

A carência de capacitação profissional é a realidade de grande parte dos trabalhadores brasileiros de baixa renda, e, por isso, são inúmeras as dificuldades em encontrar uma vaga no mercado de trabalho formal. Sem qualificação, portanto, passam a contribuir com o crescimento da informalidade no mundo do trabalho. Assim, um programa de qualificação profissional nos moldes do oferecido no âmbito do Jovem Cidadão pela Fundação Pró-Cerrado muda muito a vida desses jovens filhos da classe trabalhadora.

Para Branco (2005), a desigualdade social que se expressa no nível de renda das famílias proporciona a continuidade da situação de precariedade desses trabalhadores, perpetuando um ciclo da pobreza. Esses jovens que se encontram em posições ocupacionais de baixa qualidade, de vínculos empregatícios precários e de menor remuneração (no mercado de trabalho informal) têm aí também comprometidos os seus estudos e a própria formação profissional.

Os anseios juvenis relacionados ao trabalho representam um importante elemento para compreender os valores, a sociedade e a família. A atividade remunerada na vida desses jovens não representa apenas uma ocupação, reconhecimento profissional ou experiência, representa sobretudo uma renda, e por meio do salário se complementa o rendimento familiar e a satisfação de consumo desses jovens. Com isso, os jovens trabalhadores se sentem úteis e importantes em seu meio social. E a valorização pelo trabalho é maior quando se trata do mercado de trabalho formal, pois, além do salário, a carteira assinada representa os direitos do trabalhador, fazendo o emprego assumir mais importância na sua vida.

Diferentes perspectivas destacam os valores que sustentam o enaltecimento do trabalho. Sarti (2007) aponta os valores morais como fortes elementos subjetivos que contribuem para a su-

peração de situações de degradação do próprio trabalhador. Segundo a mesma autora, o valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas na medida em que é construído dentro de outros referenciais simbólicos diferentes daqueles que o desqualificam socialmente. A ética do trabalho como busca por reconhecimento social se reproduz, de modo a legitimar e justificar a submissão à disciplina do trabalho. Por meio dessa ética é que se atribui um sentido positivo ao trabalho, que é visto como um meio de ordenação da sociedade, logo, também, um elemento de grande importância. Da perspectiva do trabalhador, o trabalho possui qualidades definidas, sobretudo, em termos morais, ainda que socialmente seja desqualificado ou não qualificado, e que dificilmente sustente as aspirações de consumo que o capitalismo oferece. Segundo a autora, o valor do trabalho e o benefício social que deste decorre não se inscrevem na lógica do cálculo econômico do mercado, ou seja, o trabalho vale não só por seu rendimento econômico, mas por seu rendimento moral.

A positividade construída sobre o trabalho através de fundamentos morais e religiosos qualifica o trabalhador quanto ao respeito e à dignidade sociais, destinando a esse trabalhador um lugar na sociedade. É por meio do trabalho que trabalhadores se assemelham e distinguem uns dos outros procurando se aproximar do modelo de vida socialmente aceito e desejado. Esse valor moral atribuído ao trabalho contribui também para manutenção da exploração capitalista, pois mantém o trabalhador comprometido moralmente com o trabalho, mesmo que a atividade implicada no labor se mostre alienante, monótona e de baixa remuneração. Nessa perspectiva, o indivíduo que não trabalha não é reconhecido como indivíduo moral. O ato de não trabalhar representa não apenas a privação material, mas, sobretudo, moral. “Os pobres, sem dúvida, aprendem em casa e na escola que é através de seu trabalho e esforço que o indivíduo deve achar seu lugar no mundo social” (SARTI, 2007, p. 94).

Para Karl Marx e Engels (2004), na sociedade capitalista, quanto mais alienado mais inserido na ideologia burguesa está o trabalhador, e, portanto, mais desumanizado ele fica.

No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma etapa em que são originadas forças produtivas e formas de troca e junto disso, surge uma classe que tem que suportar todos os ônus da sociedade sem usufruir de suas vantagens. (MARX; ENGELS, 2004, p. 105)

Os jovens tendem a se espelhar no comportamento adulto, e, conseqüentemente, no capitalismo, passam a se comportar, viver e consumir como os adultos. O mercado consumidor gera, por meio das propagandas, a necessidade de consumir, em muitos casos, o dispensável, o novo, o lançamento, e, nesse sentido, o consumo passa a fazer parte da vida desses jovens. Por meio da

moda e estilos de vida, os jovens constroem suas identidades sociais, constituindo seus grupos ou tribos de acordo com o que vestem e objetos que usam, ou melhor, de acordo com o que consomem. De acordo com Costa (2004, p. 78), o “consumo é uma metáfora que alude à rapidez com que adquirimos novos objetos e inutilizamos os velhos”.

Adquirir bens de consumo supérfluos tem se tornado um ato quase espontâneo em nossa sociedade. Os constantes lançamentos de mercadorias fetichizadas pelos meios de comunicação não são os desejos somente dos jovens, os adultos participam ativamente desse mercado e não deixam de influenciar o comportamento desses jovens, e, de um modo geral, esse fenômeno se refere ao consumo de produtos de marca e da moda. Viver em uma sociedade de consumo e participar dessa sociedade significa, portanto, consumir, e é em busca desse fim que os jovens, geralmente, procuram uma vaga no mundo do trabalho.

O consumo tem se revelado um fator cada vez mais importante de reconhecimento social em nossa sociedade. Vivemos em um meio social norteado pelo consumo e pelo trabalho, sendo que este último significa a possibilidade de participação nessa sociedade de consumo. É por meio da remuneração que o trabalho satisfaz o indivíduo, no sentido de se diferenciar como um consumidor. Para Castel (1998), é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social. Nesse sentido, o trabalhador informal se vê, na maioria dos casos, em um conflito de identidade social, pois está fora de um quadro definido historicamente que legitima o papel de cada trabalhador na sociedade, assim como a sua aceitação como cidadão e, sobretudo, como consumidor. Os anseios consumistas tendem a individualizar a pessoa, que passa a viver e se reconhecer por meio da condição de trabalhadora e consumidora. O consumo é mais um elemento motivador na trajetória ocupacional ou profissional dos indivíduos.

Nesse mesmo sentido, para Gorz (2003), o indivíduo socializado pelo consumo não é mais um indivíduo socialmente integrado, mas um indivíduo que é levado a desejar ser ele mesmo, a se individualizar e distinguir dos outros, e que, canalizado socialmente para o consumo, aos outros só se assemelha pela recusa em assumir, por meio de uma ação comum, sua condição comum. Os consumos compensatórios surgem como motivações, são características de uma sociedade consumista que prioriza valores hedonistas de conforto e de prazer imediato. Segundo o autor, as satisfações estão relacionadas ao poder de consumo: “(...) deseja-se obter trabalho funcional para poder consumir mercadorias. É precisamente a monetarização crescente das necessidades, dos prazeres e das satisfações”. (GORZ, 2003, p. 53)

Leila Silva de Moura

O consumo ocupa um espaço privilegiado no dia a dia dos brasileiros e essa realidade faz parte da vida e dos projetos dos jovens, de um modo geral, e é por meio do mesmo que o trabalho para eles possui sentido, muito mais que a própria escola. Seja de alimentos, roupas ou tecnologias, é o consumo que os diferenciam como indivíduos dentro e fora de casa. Um jovem aprendiz declara a importância da independência financeira a partir do trabalho: “Antes eu só ficava na rua. Tenho mais responsabilidade. A minha vida agora é boa. Tornei-me uma pessoa independente. Eu compro minhas coisas com meu próprio salário”. (Masculino, 17 anos)

Contudo, essa realidade traz consigo outras situações de trabalho que para esses jovens são negativas para suas vidas, como, por exemplo, a falta de tempo para a vida pessoal e outras atividades, e as situações de assédio sexual no ambiente de trabalho. Trechos dos depoimentos de jovens aprendizes confirmam essa realidade:

la para a escola, chegava e dormia depois eu ia jogar bola, ou seja, não fazia nada depois da escola. Às vezes eu fazia algum trabalho da escola e só. Agora minha vida é cansativa, pois não tenho tempo de fazer trabalhos de escola, jogar bola e, às vezes, não tenho tempo de dormir, pois tenho geralmente mais de três trabalhos da escola para fazer. (Feminino, 17 anos)

Eu daria um conselho às aprendizes lá do prédio, principalmente lá do meu serviço, que ficam dando moral para os patrões e outros que trabalham lá, que são mais velhos e às vezes se relacionam e até engravidam dos caras e os caras não estão nem aí para elas. (...) A maioria dos caras são casados. (...) Isso não é divulgado, não é falado, mas por debaixo do pano, isso acontece direto. (Feminino, 17 anos)

Quando trabalhava ocorriam piadas e humilhações de que eu era “devagar”, “muito lerdo”, que tinha “problemas psicológicos”. (Egresso, Assistente Social)

No meu caso, já fui vítima de preconceito poucas vezes, não de forma direta, mas sim indiretamente, com palavras em forma de brincadeiras, principalmente pelo meu nível de cultura que era baixo. Mas o profissionalismo me fez olhar para frente e me desenvolver. (Egresso, Advogado)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a juventude e trabalho deixando de lado temas como desigualdade social, família e consumo representa a construção incompleta de um cenário analítico para contemplar a realidade do cotidiano juvenil no Brasil. A própria definição de juventude neste contexto está relacionada diretamente com conceitos que contribuem com a compreensão de uma sociedade que legitima o trabalho e o consumo como as principais formas de representação de identidades juvenis. E, para além do que se espera de uma sociedade capitalista e socialmente desigual, os

jovens aprendizes apresentam outros elementos importantes de suas preocupações e interesses: estarem bem com suas famílias e serem felizes, não tendo de se submeter à exploração infantil e ao assédio sexual.

REFERÊNCIAS

- BRANCO, Pedro Paulo. **Juventude e trabalho**: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena. BRANCO, Pedro. (Org.). Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- COSTA, Jurandir Freire. **Perspectivas da juventude na sociedade de mercado**. In: NOVAIS, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 75-88.
- FUNDAÇÃO PRÓ-CERRADO. **Dados referentes aos jovens aprendizes**. Disponível em: <<http://www.fpc.org.br/site/index.html>>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho – busca de sentido**: crítica da razão econômica. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.
- GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2010.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Trabalho infantil**: necessidade, valor e exclusão social. Goiânia: Editora UFG, 2006.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. **O jovem no mercado de trabalho**. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 6, set.-dez. 1997, p. 96-109. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_10_HELOISA_HELENA_TEIXEIRA_DE_SOUZA_MARTINS.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2018.

Leila Silva de Moura

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MEDEIROS, Carlota. **Jovem aprendiz**. Curitiba: Appris, 2016.

MOURA, Leila Silva de. **Juventude e trabalho**: o sentido do trabalho para o jovem aprendiz. 2009. 107 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANA, Nildo. **Juventude e sociedade**: ensaios sobre a condição juvenil. São Paulo: Giostri, 2015.